

PESQUISAS RELACIONADAS A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRINCIPAIS ABORDAGENS E ENFOQUES

ALISON COSTA DO NASCIMENTO

Universidade Federal da Bahia

alynascimento@yahoo.com.br

RESUMO

Resumo: O presente artigo buscou identificar e analisar as principais abordagens recorrentes em pesquisas dedicadas a autoavaliação institucional das Instituições de Educação Superior (IES). Para seleção dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: “avaliação da educação superior”, “autoavaliação institucional” AND “educação superior”, “autoavaliação” AND “Comissão Própria de Avaliação”. Após levantamentos dos artigos em portais de periódicos e revistas especializadas, identificou-se estudos com as seguintes abordagens: estudos que concentram a análise na autoavaliação enquanto instrumento de gestão, no papel da Comissão Própria de Avaliação na condução do processo, na percepção que membros da comunidade têm em relação a autoavaliação e pesquisas que se ocupam de questões concernentes a participação e envolvimento da comunidade no processo de autoavaliação institucional. Conclui-se que se faz necessária a ampliação e aprofundamento dos estudos que envolvem a autoavaliação institucional, visto que há um caminho longo a percorrer para consolidação dessa prática no âmbito das IES. A construção de uma cultura da (auto)avaliação parece se colocar como o maior desafio a ser enfrentado pelas CPAs e comunidade acadêmica.

Palavras chave: Avaliação. Autoavaliação institucional. Comissão Própria de Avaliação. Educação Superior.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o processo de avaliação institucional em Instituições de Educação Superior (IES) tornara-se objeto de investigação cada vez mais relevante para pesquisadores da área de avaliação da educação superior e constituído um campo de estudo bastante profícuo. A assunção desta importância deve-se, em especial, a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que trouxera novas perspectivas para avaliação da educação superior, ao incrementar a realização de avaliações institucionais com características formativa, emancipatória e diagnóstica.

Uma das novidades produzidas pelo SINAES foi a obrigatoriedade de criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES. Dessa forma, instituiu-se a instância responsável pela coordenação do processo autoavaliação na IES, além constituir uma espécie de interlocutor da IES, para questões relacionadas a avaliação, junto ao governo federal.

Com a institucionalização do SINAES, a avaliação da educação superior assume novos contornos e perspectivas. No que corresponde para avaliação interna, na proposta do novo sistema, a avaliação deve abarcar as várias dimensões da IES, considerando a instituição em sua globalidade, e ser capaz de promover o autoconhecimento da instituição.

Após a implantação e consolidação do SINAES, vários estudos vêm se debruçando sob a estrutura, modelo e diretrizes estabelecidas para processo de avaliação institucional das IES e sua eficácia e consequências para desenvolvimento dessas instituições. Dentre estes estudos, emergem aqueles voltados para os processos de avaliação interna.

A partir do momento que a autoavaliação é institucionalizada, estabelecendo-se como parte da política pública de avaliação da educação superior, sua eficácia, finalidade e os desdobramentos decorrentes de sua prática passam a fazer parte da agenda de um número cada vez maior de pesquisadores. Desse modo, as pesquisas dedicadas à autoavaliação institucional têm contemplado diversos aspectos e características do processo.

Nesse sentido, este trabalho buscou identificar e analisar as principais abordagens recorrentes em pesquisas dedicadas a autoavaliação institucional de Instituições de Educação Superior (IES), destacando os temas e objetos mais recorrentes.

2. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Os debates e perspectivas sobre o papel do SINAES, no processo de reconhecimento da qualidade da educação superior, têm conduzido as discussões e produções acadêmicas para compreensão das teorias e metodologias que envolvem e que devem envolver os processos de avaliação. Desse modo, há necessidade de compreensão e clareza acerca das variáveis e nuances que constituem esse processo, bem como considerar as particularidades de cada instituição avaliada.

A avaliação, mesmo sendo um ato corriqueiro, não é um processo simples, pois implica um conhecimento amplo e profundo de uma situação determinada, traduzida a partir da análise de dados de natureza qualitativa e quantitativa, obtidos pela utilização de métodos e procedimentos rigorosos, assentados em critérios técnicos e bem determinados. (RIBEIRO, 2008, p.52)

Nessa concepção, avaliação também é entendida como “[...] levantamento de informações sobre o processo que está sendo avaliado para subsidiar a tomada de decisão com vistas à melhoria do referido processo.” (MARBACK NETO, 2007 apud VERHINE, 2015, p. 605) As concepções, práticas e métodos que subsidiam a avaliação não podem estar dissociados da realidade social dos avaliados. Devem considerar as especificidades, diversidade e subjetividades imbricadas.

Para Sobrinho (2010, p.193), “Avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos.” Por conseguinte, envolve múltiplos processos cognitivos e psicossociais que refletem na relação estabelecida entre avaliador e avaliado. “É processo dinâmico de comunicação, em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente.” (SOBRINHO, 2010, p.194)

Em razão das discussões, reformulações teóricas, mudança nas perspectivas e abordagens sobre educação e, sobretudo, em relação a finalidade da educação superior, houve transformações no conceito e significado de avaliação. Sobre isso Gadotti (2010, p. 1) enfatiza:

Hoje ela não mais é vista como um instrumento de controle burocrático e centralização, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração, condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e exigência da democratização.

Por consequência, as mudanças que sucederam no conceito de avaliação implicaram na transição do modelo de análise e verificação da qualidade a educação superior, tornando-o mais complexo e reflexivo.

[...] o essencial da avaliação é pôr em questão - isto é, refletir sobre - os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação que os atores, os segmentos institucionais, as instituições e o próprio sistema, conforme os casos, estão desempenhando (SOBRINHO, 2010, p.198).

A avaliação é um processo social e intersubjetivo: uma relação interpessoal que questiona e produz os sentidos, as percepções e os saberes, que constituem os posicionamentos dos sujeitos ante uma realidade. (SOBRINHO, 2010, p.200)

Contudo, mesmo com a evolução do conceito de avaliação, a efetividade da sua prática e aplicabilidade constitui um desafio, sobretudo, quando esta é percebida e utilizada como instrumento de mensuração da qualidade da educação superior.

Mas não se pode negligenciar o fato de que “A dificuldade em se avaliar as instituições é imensa, em face da complexidade de suas estruturas, suas implicações sociais, filosóficas, políticas, éticas, culturais e ideológicas.” (SCAGLIONE; COSTA, 2011, p. 4). Nesse sentido, a avaliação deve, também, considerar as tensões e contradições inerentes às instituições. De outro modo, estará desprezando a heterogeneidade, características e particularidades de cada IES.

Não obstante, conforme salienta Gadotti (2010, p. 4), “Estabelecer uma filosofia que sirva de base para orientar o processo de avaliação é fundamental para o seu êxito. Se não se define essa orientação o processo avaliativo pode se transformar numa atividade rotineira e burocrática sem sentido”. Portanto, é essencial dar sentido a avaliação, tornando-a vetor de desenvolvimento e aperfeiçoamento no âmbito de cada IES.

Conquanto, para além de medir e/ou mensurar a qualidade da educação superior, o sistema oficial de avaliação, tal como opera atualmente, engendra mudanças na gestão e desempenho acadêmicos. Sem embargo dos efeitos positivos e negativos dessas mudanças, a questão central está em torno de qual é a finalidade principal do processo avaliativo.

Os debates e perspectivas sobre o papel do SINAES, no processo de reconhecimento da qualidade da educação superior, têm conduzido as discussões e produções acadêmicas para compreensão das teorias e metodologias que envolvem e que devem envolver os processos de avaliação. Desse modo, há necessidade de compreensão e clareza acerca das variáveis e nuances que constituem esse processo, bem como considerar as particularidades de cada instituição avaliada.

Por conseguinte, atentar-se para as tendências dos estudos que se debruçam sobre o processo de autoavaliação nos permite vislumbrar possibilidades de compreensão e ampliação de horizontes de pesquisa e investigação no campo da autoavaliação, condicionando para fortalecimento e consolidação de um paradigma de avaliação que valorize a autonomia das IES.

3. METODOLOGIA

A relevância dos processos avaliativos das IES tem crescido substancialmente, sobretudo, em razão da perspectiva de conceber avaliação como instrumento de gestão universitária e aprimoramento das práticas de ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, propiciar a participação da comunidade na construção e desenvolvimento de uma instituição de qualidade.

Nessa perspectiva, este estudo destaca as abordagens mais recorrentes na especificidade do tema “autoavaliação institucional”. Assim, procedeu-se à pesquisa no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scielo e revistas especializadas em avaliação, estabelecendo como baliza temporal o período de 2007 a 2018.

Para realização do processo de busca, utilizaram-se os seguintes descritores: “avaliação da educação superior”, “autoavaliação institucional” AND “educação superior”, e “autoavaliação” AND “Comissão Própria de Avaliação”. Após finalização da busca e leitura dos resumos dos artigos encontrados, foram selecionados 23 trabalhos, que serviram de base para construção do presente artigo.

Dentre os artigos selecionados, identificamos quatro abordagens mais recorrentes: estudos que concentram a análise na (1) autoavaliação enquanto instrumento de gestão, no (2) papel da CPA na condução do processo, na (3) percepção que membros da comunidade têm em relação a autoavaliação e pesquisas que se ocupam de (4) questões relacionadas a participação e envolvimento da comunidade no processo de autoavaliação institucional.

Há também estudos que discutem ainda aspectos concernentes para as possibilidades de utilização da autoavaliação melhoria/aperfeiçoamento do currículo e da prática docente. Mas não serão abordados aqui por conta do número pouco representativo de trabalhos identificados.

4. RESULTADOS

Dentre os artigos selecionados, há razoável equilíbrio numérico entre a maioria das temáticas abordadas. Nas pesquisas que possuem como objeto as atividades da CPA na IES, foram identificados sete artigos. Para os estudos relacionados a utilização da autoavaliação como instrumento de gestão, relacionamos seis artigos. Quando a perspectiva abordada compreende a percepção e significados atribuídos pela comunidade, quatro artigos foram arrolados. Por fim, para a temática “participação da comunidade no processo”, listamos outros seis artigos.

Cada trabalho foi comentado pontualmente, a fim de destacar os enfoques, abordagens e objetos dos estudos. Desse modo, dividiu-se em seções, contemplando as quatro temáticas identificadas, que serão percorridas a seguir.

4.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Encontram-se pesquisas relacionadas à atuação da CPA em Lehfeld et al., (2010), Silva e Gomes (2011), Alvim e Duarte (2015), Lehfeld, Caritá e Gabarra (2015), Bernardes e Rothen (2015), Santo, Travassos e Caribé (2016), Bernardes e Rothen (2016). Essas pesquisas possuem em comum questões relacionadas às práticas de autoavaliação engendradas pelas Comissões Próprias de Avaliação na IES. Descrevem o processo de planejamento e as condições de implantação da autoavaliação nas IES, destacando as dificuldades enfrentadas e experiências vivenciadas por membros da CPA.

Lehfeld e colaboradores (2010), caracterizam todo o processo de autoavaliação institucional – em uma Universidade privada de São Paulo –, relacionando experiências anteriores e posteriores ao SINAES. Descrevem o planejamento realizado para construção da autoavaliação e os procedimentos metodológicos adotados para coleta de dados, bem como a análise, consolidação e compartilhamento dos resultados.

Há também uma crítica para o caráter de regulação e controle do SINAES, em virtude da ênfase dada para o Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC) e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sobrepondo-se a perspectiva formativa da autoavaliação institucional. Assim, para esses autores, “Todo o trabalho de autoavaliação realizado pelas CPAs foi inteiramente desconsiderado nesse conceito.” (LEHFELD e colaboradores, 2010, p.190)

Silva e Gomes (2011) analisam os marcos legais que delimitaram a “formulação” e “implementação” do SINAES e suas consequências para organização e atuação da CPA no âmbito de duas IES federais. São relacionadas as etapas de preparação, desenvolvimento e o processo de consolidação empreendidos na autoavaliação.

Os autores destacam ainda a complexidade que envolve o processo de autoavaliação e as dificuldades encontradas pelas CPAs, nas duas IES, para promoção da cultura da autoavaliação junto a comunidade acadêmica. Concluem “[...] que CPA/SINAES não tem

conseguido instituir a prática da avaliação sistêmica baseada no paradigma subjetivista e emancipatório [...]”. (Silva e Gomes, 2011, p.596) Assim, revelam a existência de assimetrias entre a autoavaliação formulada pelo SINAES e aquela efetivamente realizada pela CPA.

Bernardes e Rothen (2015) desenvolveram um estudo sobre autoavaliação institucional realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nessa pesquisa, os autores buscam investigar as características do processo de autoavaliação que se aproxima das perspectivas regulatória e/ou emancipatória relacionadas do SINAES. Após realizar um recorte histórico, destacando as experiências avaliativas empreendidas a partir da década de 1990, são salientadas as dificuldades encontradas pela CPA para construção e realização do processo de autoavaliação.

Os autores concluem que “[...] em alguns momentos teve a predominância da avaliação regulatória [...]. Contudo, também houve momentos em que a avaliação emancipatória e formativa foram atuantes [...]”. (BERNARDES; ROTHEN, 2015, p.443)

4.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE GESTÃO

Há pesquisas que dão destaque para autoavaliação como instrumento de gestão na IES em Décia e Argolo (2010), Scaglione e Costa (2011), Maba e Marinho (2012), Aita e Pin (2015), Ferreira e Freitas (2017), Garske, Tosta e Menezes (2017). Apesar das especificidades de cada texto, uma característica peculiar desses estudos é a preocupação com as possibilidades que a autoavaliação oferece para tornar a gestão e planejamento da IES mais eficientes do ponto de vista acadêmico e administrativo.

Scaglione e Costa (2011) abordam a questão da qualidade das IES no contexto da política pública de avaliação da educação superior estabelecida pelo SINAES. Destacam as implicações da perspectiva regulatória do sistema, no acirramento da competitividade entre as IES privadas e as consequências desse processo para a gestão dessas instituições. Após discutir as relações entre competitividade e qualidade no âmbito das instituições privadas, os autores afirmam a importância de utilização dos resultados da avaliação como instrumento de gestão e elaboração do planejamento estratégico da instituição.

Na perspectiva de evidenciar a relação entre a autoavaliação institucional e o processo de tomada de decisão, Maba e Marinho (2012) focalizam, a partir de um estudo de caso, as possibilidades de melhoria da eficiência e aprimoramento da gestão quando se utiliza os dados oriundos do processo avaliativo. Demonstram como os pontos fortes e fracos identificados com a autoavaliação propiciam melhores condições para tomada de decisão no interior da IES.

Assim, destacam a importância da autoavaliação para o planejamento e tomada de decisão que “[...] se sustenta em pilares sólidos, como: a certeza na escolha de uma opção; a rapidez em se realizar essa escolha; a proatividade decisória (e não reatividade) [...]”. (MABA; MARINHO, 2012, P. 468) Os autores comentam ainda que a diversidade e complexidade próprias do processo de tomada de decisão demandam cada vez mais a realização de processos avaliativos sólidos e consistentes e a efetiva utilização desses resultados.

Em um estudo de caso realizado numa universidade privada, Ferreira e Freitas (2017) analisam, enfatizando na perspectiva formativa da avaliação, quais as possibilidades que a autoavaliação oferece para organização e reestruturação da IES. Neste estudo também são descritos os eixos e dimensões de avaliação relacionados no SINAES e com estes foram apropriados pela instituição para orientar as ações de gestão.

Por fim, concluem que a autoavaliação institucional constituiu uma “força motriz de ações inovadoras e de mudanças positivas” na IES, além de promover “[...] alterações significativas nos rumos institucionais.” (FERREIRA; FREITAS, 2017, p. 219) Dessa forma, a autoavaliação promovera profundas implicações na gestão da instituição, sobretudo o fomento de novas possibilidades de planejamento e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

4.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELA COMUNIDADE

Observam-se pesquisas que discutem questões relacionadas à percepção/significado da autoavaliação para categorias pertencentes a comunidade acadêmica em Reis, Silveira e Ferreira (2010), Andriola e Souza (2010), Falleiros, Pimenta e Júnior (2016), Bettencourt e Earp, (2017). Nestes estudos, há preocupação em evidenciar os pontos de vista dos sujeitos envolvidos, bem como relacionar essa percepção e seus efeitos para (in)existência da cultura da autoavaliação no interior de cada IES.

Andriola e Souza (2010) se propõem a analisar a cultura da autoavaliação institucional a partir das representações sociais engendradas pelos gestores e técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC). Após discorrer sobre os conceitos de cultura e representação, os autores apontam as percepções dos gestores e técnico-administrativos em relação ao processo de autoavaliação institucional, apresentando a visão desses atores acerca das vulnerabilidades e potencialidades da autoavaliação. Nas considerações finais, encerra-se afirmando que, apesar da diversidade cultural dos atores envolvidos, há um ponto em comum: “o desejo de contribuir para o aprimoramento e o desenvolvimento da instituição [...]” (p. 70).

Em artigo intitulado de “O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública”, Falleiros, Pimenta e Júnior (2016), analisam os significados atribuídos à autoavaliação por técnicos de classe E que ocupam cargos de gestão na Universidade Federal de Uberlândia. Ao investigar a percepção dos sujeitos, os autores evidenciam a existência de distorções e imprecisões em relação ao significado da autoavaliação e sua finalidade. Também se observou a ausência de participação efetiva e descrença de parte dos gestores em relação a utilização dos resultados da autoavaliação para melhoria da gestão e qualidade da IES. Finalizam salientando que na pesquisa ficou demonstrado o desinteresse e a falta de reflexão dos gestores em relação ao processo de autoavaliação.

Numa abordagem mais específica e direcionada, Bettencourt e Earp (2017) publicaram estudo que focaliza os significados da avaliação do ensino para os estudantes. Partindo de uma análise da avaliação realizada no âmbito do processo de autoavaliação institucional, as autoras evidenciam que a maioria dos estudantes desconhecem os resultados das avaliações do ensino que realizam e tampouco seus efeitos para melhoria da qualidade da educação. Nas

conclusões, sinaliza-se para necessidade de priorizar a cultura da autoavaliação e a inserção de instrumentos de participação que contemplem todas as etapas do processo, desde a elaboração das propostas até a discussão e utilização dos resultados da avaliação.

4.4 - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO

Verificam-se pesquisas que dizem respeito à participação de categorias da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional em Polidori, Fonseca e Larrosa (2007), Palitot, Santos e Brito (2015), Fabrizio e colaboradores (2015); Zattoni, Rodrigues e Santos (2015), Félix e Furtado (2016), Martins e Ribeiro (2018). Na maioria dessas abordagens, o centro de discussão está relacionado à forma como ocorre a participação na autoavaliação institucional ou os mecanismos de participação utilizados para envolver a comunidade acadêmica no processo. No geral, esses trabalhos apontam para baixa participação da comunidade na autoavaliação institucional e destacam a inexistência de uma cultura da participação na IES.

Polidori, Fonseca e Larrosa (2007) analisam a questão da participação da comunidade na autoavaliação institucional no contexto de implementação das políticas públicas de avaliação da educação superior engendradas com a criação do SINAES. A partir de um estudo de caso realizado no Centro Universitário Metodista IPA, as autoras buscam verificar o grau de participação da comunidade, destacando-a como elemento fundamental para o sucesso da autoavaliação, visto que são os atores institucionais que propiciam o autoconhecimento da IES. Concluem enfatizando que em processos com características democráticas e participativas, a autoavaliação suscita uma inter-relação com a comunidade, fortalecendo o desenvolvimento de práticas avaliativas.

A partir da análise de uma série histórica de autoavaliações realizadas no período 2008 a 2010 e 2012, Félix e Furtado (2016) discutem a intensidade da participação no contexto das políticas públicas de avaliação delineadas com o advento do SINAES. Debatem o conceito de participação posto pelas teorias democráticas e como estes estão inseridos no contexto da autoavaliação interna. São apresentados os percentuais de participação de cada categoria (discentes, docentes e técnico-administrativos) da comunidade acadêmica que, no geral, são baixos.

Esses autores defendem que a baixa intensidade dessa participação está associada a fatores como ausência de interesse dos participantes, dificuldades no processo de sensibilização, mas também a não realização de processos meta-avaliativos que considerem os resultados oriundos da autoavaliação. Concluem apontando para necessidade de a CPA instituir processos de avaliação mais consistentes e que priorizem a participação da comunidade em todas as etapas, de modo a “[...] preparar as pessoas para uma participação efetiva e responsável, de modo permanente e inovador” (FÉLIX; FURTADO, 2016, p. 78).

Buscando compreender como ocorre a participação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) no processo de autoavaliação institucional, Martins e Ribeiro (2018) investigam os relatórios de autoavaliação elaborados pelas Comissões Próprias de Avaliação de cinco Universidades públicas federais. A pesquisa demonstrou que, nas IES pesquisadas, a participação dos TAEs ocorre ainda de maneira limitada, não configurando participação efetiva por parte desta categoria. Nas considerações finais, sinaliza-se que a participação,

enquanto um dos pilares do SINAES, não tem integrado a política de avaliação das IES, ocorrendo apenas de forma simbólica.

5. CONCLUSÃO

Os trabalhos relacionados no presente estudo demonstram a assunção da relevância do tema “autoavaliação institucional” que fora potencializada com a implementação do SINAES. Mas, também, em virtude da compreensão de que avaliação interna é fundamental para o fomento da qualidade da educação superior nas IES. Assim, há um direcionamento para as práticas avaliativas que se aproximem da perspectiva emancipatória e formativa, com foco em processos que enfatizam a identidade e particularidade de cada instituição.

Evidenciou-se a preocupação dos pesquisadores em trazer à tona as principais problemáticas enfrentadas no âmbito da avaliação interna, no contexto da política pública de avaliação da educação superior. As abordagens aqui descritas demonstram que a avaliação é uma prática social multifacetada que se articula com diversas dimensões das IES.

As dificuldades, virtudes, limitações e potencialidades da avaliação revelam a complexidade que envolve o ato de avaliar. Contudo, evidenciam a sua necessidade para o fomento da qualidade da educação, sobretudo em razão da dinâmica de funcionamento própria das IES. De certo, os processos avaliativos devem possuir como principal finalidade a melhoria das condições de ensino, pesquisa, extensão, além do fortalecimento da gestão administrativa e desempenho acadêmico. Deve contribuir para o crescimento da instituição como um todo.

Dentre as abordagens aqui apresentada destaca-se a que diz respeito a participação da comunidade da autoavaliação institucional. Na verdade, o tema participação transversa praticamente todos os estudos que se dedicam a autoavaliação institucional. É ponto pacífico entre os pesquisadores a necessidade de democratização da autoavaliação e efetiva participação da comunidade em todas as etapas do processo.

Nesse sentido, Leite (2004) salienta que a qualidade do processo avaliativo, dos métodos, instrumentos e participantes decorre da presença substancial de democracia. Porquanto, é um processo construído gradativamente com efetivo envolvimento dos sujeitos, caminhando para instituir autonomias dos sujeitos, dos coletivos e da instituição. A avaliação participativa não é uma fórmula pronta a ser aplicada nas IES, objetivando determinado resultado, mas é sim uma possibilidade, um caminho.

Por fim, conclui-se que é imprescindível a ampliação e aprofundamento dos estudos que envolvem a autoavaliação institucional, visto que há um caminho longo a percorrer para consolidação desta prática no interior das IES. A construção de uma cultura da (auto)avaliação parece se colocar como o maior desafio a ser enfrentado pelas CPAs e comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

AITA, Maria Cristina Gubiani; PIN, Silvana Aparecida. A Cultura de Avaliação na URI: Perspectivas para a Qualidade e a Gestão. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

SUPERIOR - AVALIES, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 9-18. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145739>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ALVIM, Cristina G; DUARTE, Marisa R. T. Planejamento da Avaliação Institucional na UFMG a partir da reestruturação da Comissão Própria de Avaliação. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. 430 p. p. 310-321. v. 1. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dai/textos/AVALIES.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SOUZA, Laura Alves de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 45-72, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, Jose Carlos. Comissão Própria de Avaliação: dois lados de uma mesma moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 420-446, maio. 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2966/3068>>. Acesso em: 12 nov. 2018

BERNARDES, Joelma dos Santos; ROTHEN, Jose Carlos. O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 248-277, maio. 2016. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/991/pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018

BETTENCOURT, Maria Beatriz; EARP, Maria de Lourdes Sá. Significados das avaliações do ensino pelos estudantes: um estudo qualitativo na educação superior brasileira. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 36, n. 36, aug. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5995>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRANCO, Cíntia L. et al. Participação de discentes de Pós-Graduação na Autoavaliação Institucional da UFMT: uma reflexão sobre a Cultura de Avaliação. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 36-47. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145930>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz; ARGOLLO, Rivalda Siveira Nunes de. Autoavaliação institucional na UFBA na era SINAES: a experiência revisitada na Escola de Administração. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 387-404, maio. 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2019/1979>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. AVALIAÇÃO EDUCATIVA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS COM VALOR DE FORMAÇÃO. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.l.], v. 13, n. 1, jul. 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/avaliacao/article/view/259>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FABRIZIO, Silvane Brand et al. Avaliação da Educação Superior: Uma Análise do Processo de Avaliação de uma Unidade Descentralizada da UFSM. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 357-371. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145729-1>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FALLEIROS, Ana Elisa de Souza; PIMENTA, Márcio Lopes; JÚNIOR, Valdir Machado Valadão. O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 593-618, jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000200593&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 jul. 2018.

FÉLIX, Glades Tereza; FURTADO, Daniele Barros Vargas. Autoavaliação institucional e (in)cultura de participação na universidade. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 69-80, fev. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2151>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FERREIRA, Maurício da Silva; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 201-221, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000100201&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação institucional: necessidade e condições para a sua realização**. Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Avali_Institucional.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2017.

GARSKE, Lindalva Maria Novaes; TOSTA, Milena Oliveira; MENEZES, Pamela Jordana de. Meta-avaliação: o processo de autoavaliação da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus universitário de rondonópolis. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2017. v. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179358/101_00697%20-%20ok.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2018.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, et al. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, vol. 15, no 1, 2010, p. 177-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 jul. 2018.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; CARITÁ, Edilson Carlos; GABARRA, Manoel Henrique Cintra. Experiências Processuais e Metodológicas na Avaliação de Instituição de Educação Superior: um estudo de caso. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. 430 p. p. 131-145. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145804>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**. Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005. 141 p.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 455-480, jul. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772012000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MARBACK NETO, Guilherme. Avaliação: instrumento de gestão universitária. Vila Velha: Hoper, 2007. In: VERHINE, Robert E. *Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, [S.l.], v. 20, n. 3, out. 2015. ISSN 1982-5765. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/avaliacao/article/view/2323>>. Acesso em: 20 jan. 2017

MARTINS, Joice da Costa; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales. A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 509-530, out. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000200509&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 out. 2018.

PALITOT, Mônica Dias; SANTOS, Chayenne Pereira dos; BRITO, Luciana Vieira. A Construção da Cultura de Avaliação na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. In: **SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - AVALIES**, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Porto Alegre: AVALIES, 2015. p. 9-18. v. 1. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies/anais-do-evento/artigos-1/145905>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação Institucional Participativa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 333-348, jun. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 nov. 2018.

REIS, Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S.l.], vol.15, n.3, p.109-129. mai. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 25 maio 2018.

RIBEIRO, Jorge L. L. S. *Características da implementação do sistema de avaliação da educação superior (SINAES) em instituições de ensino superior*. 2008. 266 f. tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTO, Eniel do Espírito; TRAVASSOS, Xisto Lucas; CARIBÉ, Sabrina Oliveira. Análise do nível de implantação do processo de autoavaliação nas faculdades privadas de Salvador, Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 153-172, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000100153&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles; COSTA, Marcello Nitz da. *Avaliação da Educação Superior e a Gestão Universitária: Padrões de Qualidade Definidos Pelas Instituições de Ensino Superior, Pelo MEC e Pela Sociedade, Incluindo ENADE, IDD, CPC e IGC*. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**, 11., 2011, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25965/2.12.pdf?sequence=1> Acesso em: 14 jan. 2017.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a05.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018